

**Título:** Mulheres em situação de violência na favela Paraisópolis – possibilidades de luta e resistência<sup>1</sup>

**Autora:** Eliana Pereira Silva<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O acirramento da pobreza e as metamorfoses da questão social na atualidade repercutem, sobretudo, no cotidiano das mulheres pobres. A violência contra as mulheres, em suas diversas formas de expressão, tem se tornado um tema bastante relevante: mulheres são usuárias em potencial dos serviços e programas sociais e cotidianamente referem-se, dentro ou fora de casa, a diversas formas de *violências*<sup>3</sup>.

Tendo em vista o impacto e as repercussões da violência em vários âmbitos da vida social, a característica e o nível de perversão, as vivências justificadas pela cultura, religião, bem como a formação social em diferentes lugares do mundo, a violência contra as mulheres tem sido discutida e debatida na perspectiva de uma questão de saúde pública. Além disso, ela é conceituada, também, como violação dos direitos humanos<sup>4</sup>, pois restringe as possibilidades de autonomia e liberdade das mulheres. Esse tipo de violência caracteriza-se como dominação, opressão e crueldade estruturalmente construídas nas relações entre gêneros e reproduzidas no cotidiano, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias, vitimizando a mulher por razões conjugais, sexuais ou culturais (MINAYO, 2006). A banalização e a naturalização da violência comparecem como elementos cotidianos.

No Brasil, o uso da violência, nas diferentes relações sociais, foi, ao longo da história, uma mediação importante na regulação e ordenação da vida. Por esse motivo, marca profundamente os padrões de sociabilidade e as relações de convivência do Estado com a sociedade civil. A violência é aceita socialmente como forma de enfrentamento de situações conflitivas por meio do seu uso banal e corriqueiro, pois

---

<sup>1</sup> Texto síntese - dissertação mestrado em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides. SILVA, Eliana Pereira. **Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis – Possibilidades de luta e resistência**. 2014. 158 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014.

<sup>2</sup> Mestre serviço Social PUC/SP, atua como assistente social sênior no Instituto Israelita de Responsabilidade Social Albert Einstein – Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis. [elianaps@einstein.br](mailto:elianaps@einstein.br)

<sup>3</sup> Expressão utilizada no debate de alguns autores, como Minayo (2003), a partir da análise da violência como fenômeno complexo com diferentes formas de expressão e manifestações que se articulam entre si.

<sup>4</sup> Os direitos humanos das mulheres fazem parte dos direitos universais da humanidade, ou seja, são direitos próprios de qualquer ser humano, independente de nacionalidade ou condição. Direito a vida, a liberdade e à dignidade devem ser universalmente protegidos. A luta do reconhecimento da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos, reafirma o direito à igualdade política ao exercício dos direitos reprodutivos e uma vida livre de violência (SCHAIBER, 2005).

em qualquer época histórica do nosso país, a violência esteve e está presente. Deve, portanto, ser objeto de nossa reflexão, seja quanto à aculturação dos indígenas, quanto à escravização dos negros, as ditaduras políticas, ao comportamento patriarcal e machista que perpetua abusos contra as mulheres e crianças, aos processos de discriminação, racismo, opressão e exploração do trabalho (MINAYO, 2006, p. 27).

A criminalização da pobreza e das populações que residem nas periferias, bem como a responsabilização individual dos sujeitos por sua condição, e, no caso das mulheres, as dificuldades que envolvem o rompimento com as situações de violência configuram uma questão que mobiliza a sociedade e reafirma a importância do debate, das reflexões e dos desafios colocados para efetivação da ética e dos valores humanos, em tempos de barbárie, violência e persistente violação de direitos.

## **OBJETIVOS**

A pesquisa teve como objetivo compreender: (1) a percepção das mulheres sobre a vivência da violência, a violência dirigida diretamente a elas e o significado atribuído às suas experiências; (2) as formas como se organizam, *resistem, ou não*, às diversas formas de violência; e (3) as expressões de resistência e luta por seus direitos.

## **METODOLOGIA**

A elaboração da fundamentação teórico-metodológico apoiou-se na concepção de violência como categoria saturada de determinações e contradições, as quais podem ser apreendidas apenas por meio da análise de suas condições concretas. A aproximação analítica e a abordagem dentro do referencial da teoria crítica<sup>5</sup> permitiram a compreensão da violência como expressão da questão social que, a partir do recorte de gênero, classe e raça/etnia, apresenta-se sob diversas formas de expressão e manifestação no cotidiano vivido pelas mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis<sup>6</sup>, condições e determinações concretas da realidade social. Optou-se pela realização de pesquisa qualitativa, a partir do recorte de depoimentos e narrativas orais, como forma de aproximação efetiva da realidade e de

---

<sup>5</sup> Teoria crítica - método de pesquisa elaborado a partir da teoria marxiana. Marx entendia a sociedade burguesa como sistema de relações construído pelos homens – produto da produção recíproca entre os homens. Sem nenhuma pretensão de neutralidade, a teoria marxiana tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é prática social e histórica dos homens (NETTO, 2011).

<sup>6</sup> Paraisópolis é a segunda maior favela da cidade de São Paulo, com cerca de 80 mil habitantes. Situada na região do Morumbi, distrito de Vl. Andrade, Subprefeitura do Campo Limpo,. Destaca-se, especialmente, por se caracterizar como um bolsão de pobreza em meio ao entorno rico.

processos históricos vivenciados e contados pelas mulheres-sujeitos da pesquisa. Mulheres moradoras da comunidade de Paraisópolis e que apresentavam, dentro da trajetória e história de vida, o contexto da pobreza e de violências (física, sexual, abandono, negligência).

Foram indicadas dez mulheres desse universo, sendo que seis foram selecionadas para entrevistas, quatro participaram das entrevistas, base para as narrativas orais.

Os nomes fictícios das quatro autoras das narrativas foram escolhidos em acordo com elas, a partir da importância e aproximação de um sentido para as mulheres e com suas histórias (Fig. 2).

**Figura 2** – Escolha dos nomes fictícios – mulheres pesquisadas nas narrativas

<i>Macabéa</i>	Não quis escolher ou sugerir nome. Disse que lhe era indiferente. Sua narrativa é marcada pelo enredo de sonhos, esperanças e desejos de um relacionamento amoroso. O nome escolhido foi emprestado da personagem principal da obra “ <i>A Hora da Estrela</i> ” (Clarice Lispector) e foi uma imagem recorrente nos momentos de contato com a sua história.
<i>Sol</i>	Uma das maneiras pela qual ela gosta de ser chamada. Cabelos alourados, roupas de verão, alegre e animada. Caracteriza um tipo de mulher solar.
<i>Maria</i>	Diz respeito à característica maternal do personagem. Maria é aquela que sofreu por seu filho. Personagem com a qual ela se identifica muito.
<i>Oyá</i>	É mãe de santo. O nome do Orixá deve-se ao fato de ela ser um tipo de mulher forte e lutadora.

Fonte: Elaboração própria.

Também foi realizada entrevista em grupo com seis lideranças da Associação de Mulheres de Paraisópolis (AMP).<sup>7</sup> As lideranças preferiram manter os nomes originais, por entenderem que era uma forma de marcar posicionamento e postura política diante do compromisso frente ao que falaram.

Também foi realizada pesquisa documental a partir da leitura dos prontuários de acompanhamento social de mulheres em situação de violência atendidas pelo serviço social

<sup>7</sup> Associação de Mulheres de Paraisópolis (AMP) é única expressão oficial e forma de organização coletiva das mulheres da favela de Paraisópolis. Criada em 2006 e constituída juridicamente em 2010, realiza várias atividades destinadas à população, além da defesa e levante de algumas bandeiras, como a construção de um hospital público, creches e políticas públicas.

do Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis<sup>8</sup> (PECP) – Núcleo Social – CPAS, em atividades de atendimento individual e/ou em grupo socioeducativo.

Para a caracterização de Paraisópolis, foram estudados documentos oficiais disponíveis, além da documentação de registro da experiência e articulação da pesquisadora no território.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

### **1. Pobreza e Violência estrutural é o chão das diversas formas de violência contra as mulheres**

A desigualdade social é uma das formas mais contundentes de violência no Brasil. Estrutural e estruturante, por causa do seu grau de enraizamento, persiste historicamente como *chão* sobre o qual se assentam muitas outras expressões de violência (MINAYO, 2006).

Na Favela de Paraisópolis, cerca de 50% dos moradores são mulheres jovens, na faixa de 15 a 40 anos; elas possuem baixa escolaridade e aquelas com mais de 40 anos apresentam baixa ou quase nenhuma formação (COBRAPE, 2005). Apesar da ausência de estatísticas, segundo os moradores e representantes das organizações locais, a violência doméstica contra a mulher é bastante comum no cotidiano da comunidade.

Tanto a análise das narrativas como a entrevista em grupo com as lideranças femininas da AMP apontam a relação da pobreza como chão estruturante das diversas formas de violência. Os parceiros íntimos são os principais agressores. Em seguida, vêm as pessoas estranhas e outros componentes da família (mãe, pai, avô e madrastra). Além das diversas violências, é comum a experiência da instabilidade ocupacional, o que tornam as mulheres vulneráveis a diversas violações.

De modo geral, as mulheres são as principais responsáveis pelo sustento do lar, seja por meio de trabalhos eventuais ou pequenos arranjos, seja pela busca de recursos, doações e assistência nos programas sociais. A pobreza e a insegurança do trabalho traduzem um cotidiano marcado por muitas contingências e pela busca imediata por alternativas de sobrevivência (Quadro 1).

#### **Quadro 1 - Situação socioeconômica – mulheres pesquisadas nas narrativas**

---

<sup>8</sup> Programa social que atua no campo da atenção e promoção à saúde. Mantido pelo Instituto Israelita de Responsabilidade Social Albert Einstein, fundado em 1997, por idealização do departamento de voluntários da Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein. Atualmente está dividido em duas grandes áreas: Ambulatório de Especialidades (AMPA) e Centro de Atenção e Promoção à Saúde (CPAS).

Nome	Idade	Raça/ Etnia	Escolaridade	Procedência	Estado Civil	Ocupação	Renda/ Autonomia
Macabéa	54	Negra	Não alfabetizada	Minas Gerais	Solteira	Catadora	Trabalho eventual (placa no farol nos fins de semana). Leva crianças para a escola. Recebe BPC <sup>9</sup> da filha adolescente.
Sol	42	Branca	Ensino fundamental	Ceará	Solteira	Diarista	Realiza trabalhos eventuais como diarista. Recebe aluguel social da prefeitura.
Maria	34	Negra	2º ano do ensino fundamental	Pernambuco	Solteira	Auxiliar de serviços gerais	Trabalha em prestadora de serviços do município (escola municipal).
Oyá	41	Negra	Ensino médio completo	Ceará	Solteira	Desempregada	Realiza <i>bicos</i> e trabalhos eventuais. Recebe ajuda de amigos e vizinhos. Conta com o apoio das organizações sociais.

Fonte: Elaboração própria

A dificuldade em relação ao trabalho deve-se não somente à pouca escolaridade e à falta de formação profissional, mas também à dificuldade de respaldo em relação aos cuidados com os filhos e à ausência de acesso aos direitos.

No que se refere à violência, as ocorrências múltiplas e associadas são questões recorrentes no conjunto das narrativas. É comum a violência na trajetória de vida desde a infância (Quadro 2).

**Quadro 2** – Gênero e violência – mulheres pesquisadas nas narrativas

Nome	Violências	Agressor	Saúde	Demandas Associadas	Observações
Macabéa	Física e abandono familiar (infância). Física, sexual e psicológica (ameaças).	Madrasta. Parceiros. Homens íntimos. ex-companheiros. Namorado.	Faz uso de bebida alcoólica. Refere momentos de depressão. Hipertensão. Queixa de dores recorrentes no corpo	Dificuldade de subsistência e acesso a serviços especializados. Acompanhamento familiar.	Suspeita de abuso sexual da filha pelo último namorado.
Sol	Física e suspeita de abuso sexual	Mãe. Vizinho da família.	Nunca foi ao ginecologista. Ex-companheiros	Dificuldade de subsistência. Acompanhamento	Ex-usuária de <i>crack</i> . História de rua

<sup>9</sup> Benefício de Prestação Continuada – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

	(infância). Física, sexual e psicológica.	Parceiros íntimos.	não permitiam. Tentativa de suicídio.	em relação à urbanização.	exploração sexual.
Maria	Física e abuso sexual (infância). Física e psicológica.	Padrasto. Parceiros íntimos.	Não refere queixa de saúde.	Filhos em situação de rua (fogem de casa): envolvidos em pequenos furtos e uso de drogas. Conflitos e questões relacionadas à falta de autoridade.	Filho assassinado pelo crime. Cotidiano gira em torno dos cuidados com os filhos.
Oyá	Abuso sexual (infância). Negligência e abandono familiar. Ameaça.	Avô. Cunhado. Patrão. Ex-companheiros. Companheiro da filha	Problemas vasculares. Depressão. Tentativa de suicídio, Diabetes, entre outros.	Dificuldade de subsistência. Filhos em situação de risco social (fora da escola) e uso de drogas.	História de rua. Mendicância Filha sofre violência do companheiro. Articulada e circula com o pessoal do crime.

Fonte: Elaboração própria

A pobreza e o abandono familiar, como formas de expressão da violência, caracterizam o alto grau de vulnerabilidade que colocam essas mulheres suscetíveis a outras violências, tais como situação de rua, mendicância, exploração sexual e a drogadição. São comuns os problemas relacionados à saúde física e à emocional. Observa-se a negligência em relação ao próprio corpo, entre outros.

A narrativa de vida de Sol é marcada por vários episódios de violência e/ou pelo medo de ser abusada sexualmente:

*“Eu tive uma infância boa [...]. Lembro muito de um homem que ia à casa da vizinha da minha mãe e me dava muita coisa. Eu me lembro que ele me dava muitas coisas. E ele pegava assim nos meus seios... Mas é a primeira vez que eu estou contando isso para alguém. (parece não querer mais falar). (silêncio). Eu sinto assim, que, na maioria da vida, eu fui abusada de homem” (SOL).*

Abandonada pela família no início da adolescência, por ter se envolvido com um homem casado, Sol nunca mais voltou ao Ceará, sua terra de origem. Por vezes, revela o desejo de visitar a família, mas logo recorda a mágoa e o sentimento de rejeição materna:

*“Quando eu tinha 16 anos eu me envolvi com um homem que era casado e a gente nunca podia se envolver com homem assim [...]. E aí elas me puseram para cá. Compraram a minha passagem sem eu saber. Ela mudou meus documentos para eu vir para São Paulo. Eu não conhecia nada por aqui. Tudo o que ela (mãe) fez comigo. Sem palavras...” (SOL).*

No que se refere aos vínculos relacionais e comunitários, é comum no conjunto das narrativas a experiência de afastamento involuntário da família de origem, situação que, em alguma medida, também se revela na atual composição familiar. Também é citada a situação

do afastamento dos filhos em razão da dificuldade e da falta de meios para assisti-los, por motivo de reclusão ou situação de rua.

Diante das diversas situações de pobreza e vulnerabilidade, morando *de favor* com outras pessoas, Sol precisou *dar* quatro filhos, por não ter condições de cuidar, proteger. Ela se refere, com certa dor, a um dos episódios:

*“Ela (amiga) disse assim para mim: Aí, você vai ter que dar porque não tem condições de cuidar dessa criança. Como eu trabalhava lá no Palácio (Governo do Estado), arranjei gente lá para dar. [...] Aí minha vida foi melhorando assim”* (SOL).

Consideradas como as únicas responsáveis pelas famílias, mulheres da periferia carregam o jugo de uma vida marcada pela luta pela defesa e garantia dos direitos dos filhos. Geralmente, são responsabilizadas e discriminadas pelos serviços, sentem-se *culpadas* pelas situações e oprimidas em seu direito de ser mulher-mãe.

Em todas as narrativas é pouco manifestada a figura de mulher. De modo geral, elas se comunicam a partir dos papéis de mãe, esposa e cuidadora do outro.

O exemplo de Maria, que quando decidiu construir sua independência e trabalhar, os conflitos se agudizaram. A ideia de mulher como posse do marido e do lugar rígido de mãe e cuidadora permeia toda a sua narrativa:

*“Um dia, uma prima minha falou que tinha uma mulher atrás de seis mulheres para trabalhar. Fiquei na dúvida: Vou não vou. [...]. Falei para ele que eu ia trabalhar. E ele disse: Mulher minha não trabalha! Porque o pai dele nunca deixou a mãe trabalhar, ele achou que aqui em São Paulo as mulheres vivem assim. Esperando o que o homem põe em casa. Eu decidi que queria trabalhar. A gente brigou, ele veio para cima de mim [...]. Um dia, ele saiu, juntei as minhas coisas para ir embora – Já que ele não quer que eu vá trabalhar, vou embora. Disse para ele: Ou você me deixa trabalhar ou não volto mais para essa casa. E ele disse: Tudo bem, então. [...]. O trabalho era pesado e eu ficava com as mãos cheias de calo. Mas eu pensava que precisava fazer esse sacrifício pelos meus filhos”* (MARIA).

A preocupação com os filhos em primeiro lugar e com os demais retrata importante traço da construção social do gênero, que coloca em segundo plano a vivência da sexualidade, a autonomia e até mesmo a violência perpetrada sobre o próprio corpo.

A narrativa de Oyá é marcada pelo abandono e pela violência desde a primeira infância. Oyá viveu vários anos sendo *molestada* (expressão dela mesma). Diz que carrega muitos traumas em relação a isso, entre eles, a dificuldade de relacionamento amoroso. Ela também refere problemas de saúde e repercussões na vida no trabalho:

*“Devido ter sido molestada quando menina. Eu fiquei com isso na cabeça”* (OYÁ).

As histórias de violência são recorrentes em sua narrativa: violência sexual praticada pelo avô e os maus-tratos físicos vindos da madrasta, a institucionalização e a negligência dos familiares, as diversas vezes em que foi expulsa da casa de parentes, por suspeita de *estar*

dando em cima do marido das mulheres, as ameaças, as traições dos companheiros, entre outros:

*“Quando minha mãe ficou grávida de mim, ela resolveu me jogar no lixo [...]. Fui criada pela minha avó até os 5 anos. Depois ela resolveu que eu deveria morar com o meu pai, em São Paulo [...]. Eu ficava com a minha madrasta que judiava muito de mim. Exigia que eu fizesse o trabalho de casa. Um dia, fui passar uma roupa e não passei direito. Ela foi lá e me queimou. Ela me batia e me maltratava demais” (OYÁ).*

Oyá sempre viveu de favor na casa dos familiares e pessoas conhecidas. As histórias de violência sempre definiram o seu destino. Morou com a avó, depois foi morar com o pai e era maltratada pela madrasta. Passou a morar com a avó paterna e foi abusada pelo avô, voltou para a casa da avó materna, e a mãe insinuou que ela ficava com o marido dela. Enfim, uma história recorrente de abandonos.

O círculo vicioso entre a vivência das violências, a persistência da pobreza e necessidade objetiva de construir alternativas de sobrevivência inviabilizam, por vezes, a tomada de decisões, as possibilidades de construção de alternativas de vida.

Segundo as lideranças comunitárias, a violência doméstica, especificamente a física, é apenas uma das violências rotineiras que normalmente ocorrem na comunidade. As demais violências são raramente nomeadas como tal. Possivelmente em razão da formação e da participação em espaços coletivos, a violência é mais diretamente nomeada por esse grupo do que as outras mulheres em suas narrativas:

*“As formas de violências são diversas (risos). A gente vive numa sociedade muito machista. Existe um padrão que a todo o momento é colocado para as mulheres. Que mulher é isso ou aquilo [...] é algo que fica no inconsciente da mulher. Isso de que a mulher é sexo frágil. É complicado julgar uma pessoa quando ela não tem direitos básicos assegurados. E as pessoas culpam muito as mulheres. Quando, na verdade, não tem estrutura. A gente está do lado do Morumbi, com padrões de vida e acesso totalmente diferentes [...]. Violências psicológica, sexual e física – são diversas as formas de violência que a mulher da periferia sofre diariamente – ela é coagida sistematicamente” (ELIZANDRA).*

Elas se referem de forma recorrente às formas de violências estrutural e simbólica, além da prática dos discursos em relação às expectativas do papel do homem e da mulher nas atribuições dos espaços público e privado. Falam também sobre o desempenho dos papéis sociais e da ideologia que incute um papel de submissão das mulheres aos desejos de outro. Compreendem a violência como uma relação de dominação que, sócio-histórica, é sempre afirmada como uma diferença da ordem natural, representação da inferioridade do corpo e da mente feminina:

*“(...) pensando em Paraisópolis, 90% da população é composta de nordestinos, e a gente sabe que a cultura do nordestino é muito machista. Uma cultura que aflige diretamente as mulheres. Essa ideia tradicional – da mulher como dona de casa e mãe e o homem provedor – é muito forte. A gente vê isso aqui nos cursos, as mulheres desistem de fazer o curso porque os homens não deixam [...]. Nós entendemos que esse é um tipo de violência psicológica. Fica uma coisa assim: Eu sou seu dono, eu*



*digo o que você pode e não pode fazer [...]. É um sentimento de posse mesmo. A mulher é sexo frágil, porque isso é bom para o sistema” (REJANE).*

Identificam a violência estrutural como um dos elementos que dão sustentação às diversas formas de violação de direitos:

*“Paraisópolis é vítima da falta de atendimento nos serviços públicos básicos que atingem principalmente as mulheres. Vítimas das dificuldades da comunidade, mas também vítima de tudo. Quando não se tem uma educação de qualidade para as mulheres, tudo fica difícil [...] A gente limita as mulheres quando não dá condições de ela se desenvolver. Ela é a pessoa que mais se prejudica quando não tem investimento na questão social [...]. Por exemplo, a falta de creche que impede a mulher de trabalhar, estudar e se qualificar. Quando tira isso, você está violando o direito da mulher. Porque toda mulher tem o direito de ser mãe e em qualquer momento. E o Estado tem que dar condições para isso. Uma das maiores violências é a falta de política pública para as mulheres [...] para ser mãe, ela precisa abrir mão de si como mulher e de sua vida pessoal, porque dedica 100% da vida aos filhos [...]. Política pública é a base” (REJANE).*

É possível se constatar, a partir da análise das narrativas e da fala das lideranças, o quanto a questão econômica é determinação consistente na trajetória de vida e cotidiano das mulheres. Essa questão é evidenciada nas relações que envolvem a dificuldade e a discriminação em relação ao mercado de trabalho, à exploração sexual infantil das meninas, ao abuso sexual e às relações amorosas, fortemente marcadas pelas normatizações e padronizações de gênero.

A violência não é uma abstração ou tão pouco um conceito inequívoco. É algo da ordem do vivido, que atravessa o cotidiano, mobilizando e imobilizando sentimentos em indivíduos, coletividades, e “(...) cujas manifestações provocam ou são provocados por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem sofre e de quem a presencia” (MINAYO, 2006, p. 14).

A partir da perspectiva da totalidade<sup>10</sup>, a violência é algo que se objetiva, em dada condição sócio-histórica, que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais (IANNI, 2004). Inerente e essencial à dinâmica do capitalismo, de alguma maneira, a violência se subjetiva, se singulariza no cotidiano da vida dos sujeitos.

Segundo o *Mapa da Violência 2012* (WASELFI, 2012), a mortalidade da juventude ainda é um dado significativo no drama brasileiro: as taxas mais elevadas de homicídios concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos. É importante ainda observar que a diferença dos

---

<sup>10</sup> Dentro da perspectiva da totalidade, a violência é um dos complexos que configura a totalidade da sociedade burguesa. Totalidade enquanto categoria ontológica marxiana, totalidade “não é um todo constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é simples – o que as distingue é o seu grau de complexidade” (NETTO, 2011, p. 56).

homicídios, quando se trata da violência urbana, atinge especialmente os homens, na sua maioria, jovens, pobres e negros, que vivem nas periferias das grandes cidades.

No caso das mulheres, a violência ocorre mais dentro de casa. As maiores taxas de vitimização de mulheres concentram-se na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, com preponderância para o intervalo de 20 a 29 anos. Os pais e os parceiros íntimos revezam-se como principais agentes dessas violências. Nos últimos 30 anos, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, das quais, 43 mil na última década. Segundo esse mesmo relatório, os números indicam apenas a ponta do *iceberg*.

Segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde, o Brasil ocupa o 7<sup>o</sup> lugar no *ranking* de notificações de homicídios de mulheres (WAISELFIZ, 2013). A violência representa a causa de metade das mortes por assassinato de mulheres, ocorrências expressivas de problemas de saúde, depressão e tentativas de suicídio. Mulheres que vivenciam situação de violência têm mais dificuldade em negociar a prática de sexo seguro, o que as coloca em risco de contrair Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), além de outras repercussões, como a gravidez indesejada e problemas ginecológicos.

Se, na contemporaneidade, a violência – como uma das formas de expressão da questão social – manifesta-se de diferentes formas e atinge a sociedade como um todo, é possível se entender que, no *chão* da vida cotidiana, ela se expressa de um modo mais específico nos sujeitos do sexo feminino, dos negros e dos pobres.

Ao discutir a violência, Saffioti (2004) refere-se a um fenômeno de muitas determinações, nas quais as categorias gênero, classe e raça/etnia se apresentam como um *nó*. A autora analisa as contradições na condição de fundidas, enoveladas ou enlaçadas nesse nó:

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo+gênero+classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão [...]. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (SAFFIOTI, 2004, p. 115)

Partimos da referência do gênero como categoria histórica que pode ser concebida por diferentes perspectivas e condensada em um consenso que é a *construção social do masculino e do feminino* (SAFFIOTI, 2004), em que as diferenças entre os sexos, mediadas pelas relações de poder e hierarquia, são transformadas em desigualdades.

Analisadas sob uma perspectiva histórica e de totalidade, a opressão e a exploração das mulheres podem ser percebidas não como destino natural, mas como construção social que pode, inclusive, ser desconstruída.

A realidade aparente mistifica a ideia das diferenças, que são colocadas como algo próprio da *natureza* que justificam iniquidades e dificultam a apropriação por parte das mulheres da sua condição:

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal do gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então se pode se perguntar: O machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Além das questões que envolvem as integridades física, psicológica e moral das mulheres, as violências social, estrutural, institucional e a violência simbólica atravessam o cotidiano das mulheres a partir das mais diversas formas de manifestação. Elas estão nas relações comunitárias e de vizinhança e na conformação das relações de trabalho e de luta pela sobrevivência, na dificuldade de acesso aos direitos, nas diversas formas de opressão, coerção, abandono e negligência e na discriminação na oferta de menores salários em relação aos homens. Encontram-se também nas diversas formas de discriminação por atributos do sexo ou por aparência e em atos como crimes de guerra, violências étnicas e maus-tratos nos atendimentos em diferentes serviços, entre outros.

O discurso que justifica as práticas de violência articula elementos culturais, sociais e religiosos. Associados, esses elementos transformam-se em capital simbólico, o qual dá sentido à cotidianidade da violência dirigida às mulheres e legitima a misoginia, o racismo, a homofobia, xenofobia, entre outros. Essa dinâmica constitui obstáculo importante para o enfrentamento e o combate da violência<sup>11</sup>. As violações do tipo sexual, em especial, são asseguradas como naturais, a partir desses elementos simbólicos:

A dominação para ser legitimada necessita mais do que força física. A dominação requer elementos simbólicos reconhecidos por dominados e dominantes. O uso que dominantes fazem da linguagem verbal ou gestual, das imagens e de tantos outros

---

<sup>11</sup>Sobre violência simbólica, ver: JURKEWICZ, Regina Soares. **Violência clerical**. Abuso sexual de mulheres por padres no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da religião) - Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2006.

recursos do campo simbólico, para legitimar e manter o seu lugar de dominante é o que constitui a violência simbólica (JURKEWICZ, 2006, p. 130).

Considerando a reflexão dos limites da efetivação ampla dos direitos na sociedade burguesa para todos os sujeitos<sup>12</sup>, sejam eles homens ou mulheres, a violência contra a mulher coloca a sociedade diante do desafio de pensar e construir estratégias para a efetivação dos direitos garantidos e da ampliação do entendimento e da ideia de que o direito é para todos.

## **2. Mulheres da periferia constroem, a partir do seu cotidiano e vivência, a arte de sobreviver na adversidade**

A pobreza associada às questões de violências nos territórios incide diretamente na vida das mulheres de uma maneira peculiar. Ela dificulta as possibilidades de autonomia, formação e as possibilidades de organização coletiva, conformando um cenário complexo e propício a vários tipos de vulnerabilidades.

Saber sobreviver na adversidade nesse contexto significa transitar entre fronteiras. Trata-se de saber lidar com códigos, usar as palavras e jogar com as diversas identidades, passar de um mundo para o outro (bandido e ordinário) e pelas outras mediações sociais (família, trabalho, programas sociais). Isso tudo faz parte do universo das narrativas de mulheres que vivem no limite das diferentes formas de violência e que transformam os territórios em recursos de vida e construção de outros possíveis.

Nas narrativas pesquisadas, evidenciam-se alternativas e estratégias de sobrevivência, associadas ao estabelecimento de redes de solidariedade e relação com as organizações sociais. Não raras vezes, formam relações paralelas com as organizações e necessidades de negociação com o crime local. Na dinâmica do espaço comunitário, circulam as próprias leis com as quais as mulheres também se relacionam de alguma forma. Diante disso, é preciso saber transitar, como forma de manter e defender a própria vida, ou não colocá-la em risco.

Trata-se de uma forma de sobreviver na adversidade, versão muito peculiar de conhecimento e saber circulatório, diante de um cenário com diversas formas de autoritarismo, violência, injustiça e o tradicional mecanismo de se fazer *justiça pelas próprias mãos*.

---

<sup>12</sup> Discussões sobre o conceito de direitos humanos, limites e perspectivas de efetivação na sociedade capitalista ver TRINDADE, José Damião. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels** – Emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa Ômega, 2011.

E *sobreviver na adversidade* não tem nada a ver com as tradicionais *estratégias de sobrevivência* que historicamente lançam mão os sujeitos em situação de pobreza. Trata-se de uma expressão que circula no *mundo bandido*, e os moradores das periferias da cidade, de uma forma ou de outra, sabem o que isso quer dizer, pois é necessário

saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos, como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema (TELLES, 2007, p. 216).

Telles (2007, p. 217) ainda ressalta que “sobreviver na adversidade não é coisa fácil”, pois nem todos são conhecedores dessa versão muito peculiar do *saber circulatório*.<sup>13</sup> Não se trata simplesmente de sobreviver e levar a vida: saber sobreviver na adversidade supõe certa *habilidade em transitar entre fronteiras*. Uma *arte do contornamento*. Essa arte de contornamento “não é paralelo e não é à parte; o próprio dessa ‘arte de contornamento’ é justamente saber transitar entre fronteiras sociais, saber lidar com os códigos, jogar com as identidades” (TELLES, 2007, p. 218), passando de um lado, e entre um mundo e outro (o mundo da *ordem* e o mundo *bandido*), e por entre todas as outras mediações sociais: a família, o trabalho, a igreja, os programas sociais, as associações comunitárias.

Trata-se de um conjunto de potencialidades, renegadas no discurso comum, como se os moradores da periferia estivessem renegados simplesmente à condição de usuários e beneficiários dos programas sociais, vítimas ou perpetradores da violência.

Entende-se que essa seja uma chave fundamental para a compreensão do estatuto político das mulheres enquanto sujeitos e moradoras desses territórios: a identificação e o reconhecimento das possibilidades e potencialidades e o que, nos termos de Telles (2007), é caracterizado como a *capacidade de inventar outros possíveis*.

A partir das narrativas, identificam-se mulheres que, no limite das violências, transformam os territórios em recursos de vida, ou seja, histórias enoveladas com forte componente de gênero, entrelaçadas nas tramas dos ilegalismos, margens e dobras da produção da riqueza, na reconfiguração do mundo do trabalho, na interface com o narcotráfico, entre outros.

---

<sup>13</sup> Saber circulatório – potencialidade, recurso para inventar possibilidade de vida e formas de vida (TELLES, 2007).

Observa-se ainda a vinculação e articulação com as organizações sociais e redes de relacionamento do território como importante referência de orientação, acolhimento e convivência (Quadro 3).

**Quadro 3 – Vínculos relacionais e comunitários – mulheres pesquisadas nas narrativas**

Nome	Religião	Composição Familiar	Rede Social	Convivência Social/Participação	Observações
Macabéa	Católica	Filhos: D. (18), M. (20), M.P. (15), T. (20), J. (22), A. (23), B.	Recorre ao apoio de vizinho Programa social. Articulada e conhecida na comunidade.	Forró, passeios. Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis (PECP). Foi envolvida com projeto de cooperativa coleta seletiva.	Filhos envolvidos com crime e reclusão. Cotidiano marcado por questões relacionadas à proteção e ao cuidado com os filhos.
Sol	Umbandista	Filhos: B. (21), J. (16), T. (18) Namorado: M. (31)	Amigos. PECP.	Centro de Umbanda, Bailes <i>funk</i> . Inclui o Facebook como forma de lazer.	Ex-companheiros envolvidos com crime na comunidade. Já foi sete vezes para o debate*
Maria	Evangélica	Filhos: M. (15), Y. (12), A. (9), R. (7) Companheiro: A. (28)	Igreja. PECP. Famíliares. Diretora da escola onde trabalha.	Igreja.	Mora em região influenciada pela dinâmica do tráfico. Conflitos com vizinhos e amigos envolvidos com crime.
Oyá	Candomblé	Filhos: I. (16), L. (13) Genro: J. (20)	Filhos de santo. Amigos. PECP.	Casa de amigos.	Trabalhou na biqueira no Jardim Ângela, Paraisópolis, lugar de proteção. Articulada em relação aos recursos da comunidade.

\*Julgamento do crime.

Fonte: Elaboração própria.

Oyá trabalhou em *biqueira*<sup>14</sup> e, por isso, sabe de muitas coisas. Não pode sair da comunidade de Paraisópolis porque é procurada nos outros bairros. A comunidade é o único lugar onde se sente protegida:

“Aqui eles não mexem comigo, porque aqui é o comando” (OYÁ).

É espírita (candomblé), e a religião é uma dimensão importante da sua vida. A partir da religião, estabeleceu relações importantes de solidariedade e apoio. Sua história de resistência explicita-se nas várias formas de movimentação, na luta pela sobrevivência e criação dos filhos, na busca de um amor.

Os vários episódios narrados têm um tom dramático e revestido de um espírito de aventura. Especialmente quando Oyá fala sobre as questões relacionadas ao trabalho com a venda de drogas. Atualmente, mora de aluguel e subsiste da ajuda de programas sociais e trabalhos eventuais.

<sup>14</sup> Ponto de venda de drogas.

A vida cotidiana é marcada pelas contingências. A qualquer momento, tudo pode acontecer. Oyá preocupa-se bastante com o destino dos dois filhos. Recentemente, Oyá foi ameaçada pelo marido da filha, usuário de droga que, além de bater na adolescente, tem ameaçado matar a mãe e o irmão. Oyá resolveu dormir alguns dias na casa de uma amiga, como forma de se proteger. Também buscou ajuda nos contatos e mecanismos da comunidade para resolver o problema.

O uso da violência como forma de controle e de gestão da cidade, que se conforma especialmente a partir da expansão do mercado financeiro das drogas e se manifesta na repressão policial às periferias, é regulada, sobretudo, pelo próprio *mundo do crime*, em expansão nas periferias da cidade. A violência apresenta-se como importante dispositivo que compõem as relações sociais e formas de viver da população, de maneira que *política*, *gestão* e *violência* são faces do mesmo conflito (FELTRAN, 2010).

Do conjunto das transformações do mundo do trabalho e da economia, novas conexões relacionadas a uma redefinição do mundo globalizado redesenham os territórios urbanos e as formas de trabalho. Cada vez mais precário e informal, o trabalho no próprio local de domicílio e autônomo é reativado, ao mesmo tempo em que os mercados locais também são redefinidos na junção das circunstâncias da economia popular e solidária, com as máfias locais e o comércio clandestino de bens lícitos e ilícitos. Trata-se de questões que estão imbricadas nos modos de se viver, de se relacionar e de negociar as perspectivas de sobrevivência da população:

*“Eu já fiquei na rua com os meus filhos também. Já morei no Jardim. Ângela, quando minha casa encheu de água. Achei que eu ia me afogar com os meninos lá dentro. Porque a minha casa daqui ele vendeu e eu não tive direito a nada. Já passei por muitas coisas. Já trabalhei em biqueira para poder sustentar os meus filhos. Eu não tenho condições de trabalhar de outro jeito. Porque estava doente. Aí trabalhei nisso” (OYÁ).*

Nas fronteiras incertas entre o informal, ilegal, ilícito, fica desativada a diferença entre o cumprimento e a transgressão da lei ou seja, “a própria diferença entre a lei e o crime fica anulada. É isso o que permite acionar uma espécie de licença para matar, sem que seja considerado um crime” (TELLES; HIRATA, 2010, p. 43).

Trata-se de uma gestão da ordem que se desdobra em uma negociação nos limiões de vida e morte, espaços de exceção, pontuados pela experiência da morte violenta (e sua ameaça); trata-se, também, da violência policial e da violência implicada em *negócios do crime*, ou “tramas urbanas em que os fluxos de dinheiro, de mercadorias, de bens, de produtos ilegais e ilícitos se superpõem e se entrelaçam nas práticas sociais e nos circuitos da

sociabilidade popular” (TELLES; HIRATA, 2010, p. 46). Um mundo que escapa às codificações dos operadores do Estado. Mecanismos que conformam limite dos instrumentos formais para o seu enfrentamento diante da realidade real e vivida no cotidiano da população.

Sol tem muitos amigos e uma rede de relacionamentos na comunidade. O estabelecimento de redes de solidariedade e amizade permeia vários momentos da sua história de vida. Desde que chegou a Paraisópolis, tem uma história de relacionamentos amorosos com homens, de alguma maneira, envolvidos com o crime local ou de posição de prestígio nesse campo:

*“Tinha um cara que queria ficar comigo. Eu não sabia que ele era bandido. Eu fui e fiquei com ele [...]. Voltei a curtir baile. Um dia, estava com um cara e ele viu, veio e me deu um tiro no pé. E falou que iria me matar. Enfim, resumindo, eu fiquei com ele [...] Eu acho até que eu me envolvi com ele por isso. Quando eu era "nóia", os caras diziam assim: Vou te dar uma pedra e depois vou te comer. Mas, depois que eu fiquei com o C., todo mundo me respeitava. Era um jeito...”. (SOL).*

Sol também refere vários episódios em que precisou se utilizar da prostituição como moeda de troca e sobrevivência:

*“Não sou prostituta, prostituta é quem sai de casa para isso, fica na rua. Eu não, eu ajudo o Sr. M. e ele me ajuda. Faço isso para cuidar dos meus filhos e pagar o aluguel. Isso não é prostituição” (SOL).*

Em conversas com esta pesquisadora sobre o cotidiano na comunidade, Sol faz comentários várias vezes sobre os vários arranjos e alternativas para se manter a sobrevivência:

*“Gastava todo o que eu ganhava com droga. De noite, eu ia buscar os meninos na escola. E a gente tinha quase nada para comer [...]. No outro dia, eu me sentia arrependida e chorava [...]. Depois, eu comecei a comprar droga com o C. E pagava ele com o dinheiro do Programa Renda Mínima<sup>15</sup> [...]. Um dia, ele não quis receber, disse para eu guardar o dinheiro e comprar comida para mim e para os meninos. Disse assim: Você é tão bonita para ficar se estragando com isso aí. A gente vê os meninos chorando e esse cara te batendo direto [...] Eu pensei comigo: Ôxe! Tá ficando doido? Ele disse que não ia me vender mais droga. Esconde o dinheiro e fala que foi o seu Sr. M.. Sr. M. era um velhinho que me ajudava. Eu transava com o Sr. M. para ganhar dinheiro. Ele era muito, muito velho, então ele não fazia nada. Ficava ali em cima de mim... Eu cobrava R\$ 30,00. E ele me dava as coisas [...]. Eu transava com ele por mês, para ele me pagar final de mês. Eu ia marcando [...]. Eu falava para o S. que ia limpar a casa do Sr. M., mas eu transava com ele” (SOL).*

Solicitar ajuda e apoio do *peessoal* do crime para resolver questões do cotidiano, configura uma das alternativas de garantir a própria vida. Esse mecanismo é citado em grande parte das suas histórias.

O decorrer da narrativa de Maria é marcado por um ciclo de muitas histórias envolvendo violência, seja pelas ameaças e conflitos em casa, seja pelo medo da morte *matada* e/ou vingança:

---

<sup>15</sup> Programa de Transferência de Renda do governo federal.



*“Uma vez, precisei chamar polícia para A. porque ele queria me queimar em casa, com meus filhos. Queria que nós entrássemos para colocar fogo no colchão. Revirou minha casa toda. Chamei a polícia e veio um monte... Mas as coisas aqui também estavam diferentes, por que os caras não se importavam tanto com isso de chamar a polícia. Agora, eles não querem de jeito maneira. Porque se, agora, eles encontram ele, hoje eles matavam. Porque hoje é assim. Se o cara mata a mulher – eles falam a primeira vez, falam a segunda vez e aí eles matam [...]. Quando as polícias vieram, ele tinha quebrado tudo [...]. Depois disso ele sempre falava: Eu te pego amanhã. Amanhã você não vai trabalhar. Você sai de casa e eu te pego.” (MARIA).*

A partir das narrativas, evidencia-se que nesses territórios circulam formas de saber, mobilidades, sujeitos que potencialmente, nos ardis da vida prática, articulam formas de sobreviver na adversidade.

A vida é árdua e não obedece aos protocolos e fluxos normativos. Vive-se uma dinâmica cheia de arranjos, combinados, interações e articulações, como uma arte de aprender a viver pensando apenas no presente. Enredadas por múltiplas histórias, as populações buscam as alternativas de sobrevivência, formas de resistência cotidiana por melhores condições de vida.

## **2. Cotidiano, possibilidades de luta e resistência**

A violência não pode ser pensada a descolada do *chão vivo* da vida cotidiana. É no cotidiano que se evidenciam as expressões contundentes da questão social, atravessadas pela conjuntura e estrutura das relações sociais. No caso da violência contra as mulheres, considerar a perspectiva do cotidiano e das possibilidades de resistência compreende a aproximação das suas histórias e trajetórias, território, correlação de forças e mediações que constituem a vivência das situações.

E, nesse sentido, a questão da liberdade<sup>16</sup> cumpre papel fundamental para a autonomia das mulheres, o que concretamente deve traduzir a construção de alternativas na condução da própria vida e da ampliação das possibilidades de escolhas.

Porém, como se construir estratégias e alternativas concretas em direção à liberdade? Como se pensar em alternativas e possibilidades de resistência?

A liberdade é produto da própria atividade humana. “A liberdade é – simultaneamente – *capacidade de escolha consciente* dirigida a uma finalidade e capacidade prática para que novas escolhas sejam criadas” (BARROCO, 2010, p. 27, grifo nosso).

---

<sup>16</sup>As alternativas de escolhas se configuram como gênese da liberdade. “Pois a liberdade, para Marx, não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha entre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva” (BARROCO, 2010, p. 26).

Objetivar a liberdade envolve a construção de práticas em que valores como justiça, liberdade, igualdade e respeito não sejam apenas valores idealizados, mas que possam concretamente superar relações autoritárias e conservadores.

Considerações de Heller (2008) sobre *cotidiano* vislumbram a possibilidade de entender a complexidade da realidade social, considerando a dimensão da totalidade, o cotidiano e seu caráter contraditório, bem com as perspectivas contidas nesse mesmo cotidiano de suspensão e condução da vida:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em 'funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2008 p. 31).

Enquanto sujeitos políticos, mulheres da periferia percorrem o dia a dia na busca da afirmação dos seus direitos e de seus filhos. Buscam formas de sobreviver às consequências perversas da desigualdade, das violências e dificuldade de acesso a direitos. Imediaticidade e heterogeneidade implicam muitas vezes precisar responder levando em conta o somatório dos fenômenos, sem considerar as relações que a vinculam (NETTO, 2011). A organização em relação às estratégias de sobrevivência, os *contornamentos* advindos da dinâmica do território, da vida afetiva e dos episódios de violência. As demandas são diversas e, dada essa diversidade, a vida cotidiana ocupa integralmente a atenção:

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade [...] Mas, a vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. (HELLER, 2008, p. 32).

São as possibilidades de suspensão do cotidiano que, mesmo que episódicas, permitirão ao sujeito se transformar, potencializar suas descobertas sobre si e sobre o seu meio. Essas possibilidades configuram elemento fundamental de objetivação e construção de alternativas de escolhas.

O cotidiano é propício à alienação<sup>17</sup>, mas não é necessariamente alienado. Como espaço das ações imediatas e sem reflexão crítica, é também na realidade do cotidiano que se coloca a possibilidade de transgressão, reflexão, crítica e resistência, possibilidades de suspensão. Segue sempre uma hierarquia espontânea, que ordena as várias e heterogêneas atividades da vida. A construção dessa hierarquia da cotidianidade pelo sujeito consciente é o que Heller (2008) denomina como *condução da vida*:

‘Condução da vida’, portanto, não significa abolição da hierarquia espontânea da cotidianidade, mas tão somente que a muda coexistência da particularidade e da genericidade é substituída pela relação consciente do indivíduo com o humano genérico e que essa atitude – que é, ao mesmo tempo, um ‘*engagement*’ moral, de concepção do mundo, e uma aspiração à auto-realização e à autofruição da personalidade ‘ordena’ as várias e heterogêneas atividades da vida. *A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora se mantendo a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade.* É claro que a condução da vida é sempre apenas uma tendência de realização mais ou menos perfeita. E é a condução da vida porque sua perfeição é função da individualidade do homem e não de um dom particular ou de uma capacidade especial (P. 60-61, **grifo nosso**).

Ainda nos termos de Heller (2008, p. 61),

a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida e superada alienação. Mas *não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação.* Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização [...]. Nesse caso, a ‘ordenação’ da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, ‘provocador’, excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política (Grifo nosso).

Considerações de Chauí (2011) sobre *resistência* nos aproximam do entendimento da complexidade e das determinações que compõem as possibilidades de escolha das mulheres diante de um cotidiano marcado por tantas iniquidades. Com aporte nas discussões dessa autora podemos entender resistência a partir da perspectiva dos sujeitos e de como eles constroem suas formas de vida, independentemente dos valores e das normativas dominantes. Nos termos de Chauí (2011, p. 57):

Assim, por um cruel paradoxo, nossa imaginação forja um dominado ‘ideal’, mescla de asceta (não reivindica reformistamente qualquer bem-estar, educação para os

---

17 “Deve-se afirmar, antes de tudo, que a alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade” (HELLER, 2008, p. 57).

filhos, condições mínimas de saúde e conforto) e de lucidez vigilante durante 24 horas por dia, 365 dias por ano [...], de tal modo que toda aspiração a condições de vida *humanas* que não estiver articulada à clara compreensão do movimento internacional do capital surge como prova irrecusável de alienação [...]. Tal cegueira impede a visão de toda uma esfera de cultura do povo que poderíamos designar como cultura de resistência (Grifo do autor).

Chauí (2011) aponta a categoria *resistência como forma de experiência do poder e como coisa pública* e nos provoca a refletir sobre a importância de se ouvir e se considerar a maneira como os próprios sujeitos interpretam suas vidas em determinado contexto histórico e realidade social. Podemos encontrar resistência no popular, entendido como aquilo que se organiza a margem do oficial.

No caso das mulheres em situação de violência, as perspectivas de suspensão no cotidiano podem ocorrer pela vivência coletiva e participação em espaços de reflexão ou na participação política da vida comunitária, pela iniciativa e estabelecimento de redes de solidariedade ou acionamento dos serviços para denúncia e proteção.

Parte-se do pressuposto de que mulheres em situação de violência são sujeitos da própria história, portadoras de potencialidades pouco ou quase nunca reconhecidas por elas mesmas ou pela sociedade como um todo.

A violência atravessa as diversas dimensões e relações sociais, seu caráter central encontra sua representação em um conjunto de relações simbólicas:

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conforme a esta hierarquia, como já havia, há muito revelado. É exclusivamente neste contexto eu se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de um fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina como os homens no que tange ao recurso à *violência* para a realização do projeto masculino *atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum* (SAFFIOTI, 2001, p. 119). (**Grifo nosso**).

A partir das narrativas das mulheres pesquisadas, conseguimos perceber que elas constroem alternativas e estratégias de sobrevivência associadas ao estabelecimento de redes de solidariedade e com as organizações sociais. As perspectivas de luta e resistência são incipientes, considerando o conjunto das determinações sociais e diversas variáveis que envolvem as situações de violência. No entanto, essas resistências existem, podem e devem ser potencializadas.

A conquista da resolução de pequenas questões que as mulheres anteriormente não conseguiam, ou viam como possibilidade, e a participação em atividades em grupo e a

perspectiva de troca com outras mulheres possibilitam o reconhecimento de novas potencialidades e habilidades, até então desconhecidas:

*“As coisas começaram a melhorar quando comecei a participar dos grupos [...]. Quando eu comecei a participar, eu era muito nervosa. Muita agitada. Não gostava de conversar e era fechada. Agora sou bem diferente” (OYÁ).*

É possível, ainda, se identificar uma forma muito particular de ver e se relacionar com a vida: o desejo de encontrar um grande amor e construir a vida melhor, de Macabéa. O desejo de, quem sabe, um dia escrever um livro da própria história, de Oyá. Cenas e imagens que parecem se apresentar como transfigurações da realidade necessária para se manter vivendo, mas também como alternativa de construção de outra forma de vida. Vida que não está apenas contornada pelos ditames da ideologia dominante e do consumo, mas também pela esperança e experimentação de uma forma peculiar de liberdade

*“Já trabalhei com cozinha [...]. Aqui eu fiz os cursos de informática e artesanato e culinária [...]. Já ganhei um prêmio de um bolo de café que eu inventei. Eu já fiz curso de enfermagem, mas não cheguei a concluir. E agora quero cuidar de mim, quero trabalhar...” (OYÁ).*

Sol, atualmente, demonstra e diz ter mais clareza sobre suas possibilidades de decisão e autonomia. Não sabe se quer ficar com o atual companheiro, pois não quer mais ser controlada ou prestar conta da vida para ninguém. Tem trajetória de vida profissional na realização de trabalho doméstico, porém atualmente não quer mais trabalhar para os outros. Diz que não quer mais ser *usada, explorada e abusada*. Percebe-se como uma mulher forjada por uma história de muita luta:

*“Não entendo porque as pessoas acham que podem dizer como devo criar os meus filhos” (SOL).*

Ela firma que a vida é difícil, pois teve que trabalhar muito para cuidar dos filhos, com todo mundo interferindo e sem ajudar:

*“Cuido dos meus filhos do meu jeito” (SOL).*

E comenta porque se percebe lutadora:

*“Eu me acho uma mulher lutadora. Todo mundo fala que eu sou guerreira. E eu sou mesmo... Imagina. Criei meus filhos sendo usuária de crack. Fiz meu barraco com madeira de guarda-roupa. Eu mesmo indo no lixo pegando as madeiras. Eu fazia o que fosse preciso. [...]. Os meus filhos, hoje, eles são tudo. [...]. Eu penso em trabalhar, mas não quero mais trabalhar por mês. Eu quero ter três dias trabalhando e dois para eu poder cuidar de mim. Eu não quero mais me matar de trabalhar, porque eu já trabalhei demais. Já trabalhei para dormir. Já trabalhei semanas e semanas sem folga... Hoje, os meninos já estão todos grandes. Acho que já não tem precisão. A única coisa que está precisando é eu ter minha casa. Porque, depois que eu tiver minha casa, a minha vida vai mudar. Eu não quero mais ficar trabalhando para ninguém não” (SOL).*

Na narrativa de Sol, há vários momentos de *reorganização* da vida, no sentido do formalmente estabelecido, do que se considera como normal e esperado pela sociedade. Sua narrativa expressa uma forma de vinculação com redes necessárias, entendimento dos cenários e das perspectivas de enfrentamento e mobilidade social.

No que diz respeito à organização coletiva, a Associação de Mulheres de Paraisópolis<sup>18</sup> é a única expressão oficialmente legitimada como forma de organização coletiva das mulheres na favela de Paraisópolis. O grupo, de modo geral, é formado por mulheres muito jovens, participantes anteriormente da União de Moradores e/ou dos grêmios estudantis das escolas públicas. Também compõem a associação mulheres com história de liderança e participação nas questões da vida comunitária.

Em relação à violência contra a mulher, a Associação de Mulheres de Paraisópolis compreende a questão como muito importante e presente no cotidiano da comunidade, enfatizando a relação da violência com a ausência da política pública, considerada a principal necessidade da mulher, especialmente da mulher da periferia.

No que se refere às formas de luta e resistência, são citadas as práticas do cotidiano, a esperança de que em breve a comunidade estará ainda melhor do que se encontra.

As mulheres da Associação demonstram ter conhecimento e leitura crítica sobre as situações das mulheres. As ações desenvolvidas pelo coletivo aparentam ser uma estratégia para agregar as mulheres. Há referências à participação das mulheres na comunidade, especialmente nas atividades propostas de cursos e projetos relacionados à qualificação profissional.

As lideranças da Associação de Mulheres de Paraisópolis têm clareza e conhecimentos sobre a questão da violência contra a mulher, articulada às questões da violência estrutural e se reconhecem como as protagonistas de uma iniciativa importante de organização das mulheres e com potencial protagonista para influenciar as transformações necessárias do espaço comunitário.

## CONCLUSÃO

No horizonte das lutas imediatas, as possibilidades de luta e resistência estão colocadas mediante a ampliação de acesso aos direitos essenciais, condição necessária e fundamental para a efetiva organização coletiva e de resistência das mulheres.

---

<sup>18</sup> A história da Associação de Mulheres de Paraisópolis foi registrada em 2010, por Fernando Freitas, no livro *As Donas de Paraisópolis*. O material fotográfico está disponível na rede social Facebook: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.583124798413614.1073741832.364785740247522&type=3>>. Acesso em: 3 jun.2014. Vídeo sobre o livro: *As Donas de Paraisópolis*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xnMYx96T4Z0>>. Acesso em: 3 jun. 2014. <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/paraisopolis/>>. Acesso em: 3 jun.2014.

Entrelaçadas por um nó (SAFFIOTI, 2004), classe, gênero e raça se apresentam como realidade compósita e reafirmam o quanto as relações de gênero não devem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações. A desigualdade de gênero atinge a todos na sociedade, mas, especialmente, as mulheres pobres, de maneira incisiva e na determinação de diversas outras formas de violência.

O que foi possível se vislumbrar a partir da pesquisa é a intensidade com que a violência se manifesta nas variadas formas de expressão, inter-relacionadas com a violência estrutural. Apresentam-se no cotidiano com aparência reificada, como fenômenos naturais e absolutos. De modo geral, as mulheres não identificam parte significativa das suas vivências como violências.

Diante da imediaticidade e heterogeneidade da vida cotidiana, se desdobram na resolução de problemas imediatos, com recursos e repertórios construídos a partir da própria história, da sabedoria popular, da leitura e trânsito, que realizam dentro de suas próprias realidades.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e serviço social**. Fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos socio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do assistente social comentado**. Maria Lucia Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), 2012.

BAPTISTA, Miriam Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). **A prática profissional do assistente social, teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009.

BRASIL. **Política nacional de promoção da saúde**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília-DF. 2005.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília-DF. 2006.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 11.340. **Lei Maria da Penha**. Presidência da República. Brasília. 2006b
- \_\_\_\_\_. **Prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica /Ministério da Saúde. 3. ed. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2012.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília. Secretaria de Políticas para as mulheres, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Relatório final**. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Violência contra a Mulher, 2013, Brasília, jun. 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp. 2000.
- CARDOSO. Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
- CASTRO, Letícia Oppido. **Uma análise dos sentidos da não participação para os moradores de uma favela em São Paulo nos serviços prestados por organizações do terceiro setor**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.
- CHAUÍ. Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COBRAPE. **Relatório programa de urbanização**. Secretaria de Habitação e do Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 2005.



CYTRYNOWICS, Roney. **História do voluntariado do Einstein**. São Paulo: Narrativa Um. 2004.

DIAGONAL URBANA. **Diagnóstico organizativo**. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, 2002.

ENDO, Paulo Cesar. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Margens da política, fronteiras da violência**: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova, 79: 201-233, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias da São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2008.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx**: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 12. Rio de Janeiro: Record, 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **A questão social no capitalismo**. Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan. /jul. 2001). Brasília, DF: Abepps: Graflina, 2001.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

IANNI, Otavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JURKEWICZ, Regina Soares. **Violência clerical**: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo. 2006.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da história social**. Proj. História, São Paulo (22), jun. 2001.

KRUG, E. G. *et.al.* **Relatório mundial violência e saúde**. OMS, 2002

LAROUSSE. **Minidicionário**. Língua Portuguesa, 2008.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. Série Núcleo de Pesquisa – 1.

\_\_\_\_\_. **Serviço social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos**. Revista Serviço Social & Saúde, Campinas: Unicamp, v. X, n. 12, 2011.

\_\_\_\_\_. **História oral: exercício democrático da palavra**. São Paulo: PUC-SP, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **A violência dramatiza causas**. In: Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, 2009-2, 2010. 89-107.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, M.C Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NJAINE, Kathie *et al.* **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz: Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

NUNES, Maria José Rosado; CITELI, Maria Teresa. **Violência Simbólica a outra face das religiões**. Cadernos Católicas pelo Direito de Decidir, n. 14, São Paulo, 2010.

PAOLI, Maria Célia. **O mundo indistinto**: sobre gestão, violência e política. In: RIZEK; OLIVEIRA (Orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007. Estado de Sítio.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAVEZ, Graziela Acquaviva; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Melo Castanho e Oliveira. **Vidas nuas, mortes banais**. Serviço Social & Sociedade, n. 70, São Paulo: Cortez, jul. 2002.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria mediação em face ao processo de intervenção do serviço social**. 1999. Mimeografado.

PUC VIVA. **Revista trimestral**, ano 9, n. 33, out./dez. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. **Violência contra a mulher no Brasil atual**. Estudos Feministas, 1994. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Contribuições feministas para o estudo da violência**. Cadernos Pagu, v. 16, p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHAIBER, Lilian Blima *et al.* **Violência dói e não é direito**. São Paulo: Unesp, 2005. Saúde e Cidadania.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade** (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: RIZEK; OLIVEIRA (Orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007. Estado de Sítio.

\_\_\_\_\_. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, Vera Silva; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 02, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade**. In: Saídas de Emergência. São Paulo: Boitempo, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. Emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

\_\_\_\_\_. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Perilópolis, 2011.

UNIFEM/IPEA. **Retratos da desigualdade**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

VENTURI, Gustavo; GODINHO Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero dos espaços público e privado**. Uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições SESC, 2013.

WAISELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência**. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. Flasco do Brasil/Cebela, 2012.